

Saúde Digital e Governança de Estado

Plataforma integrada de atenção primária remota e painel de decisão

Proposta de piloto em três regionais de saúde do Estado de Goiás, com medição de resultado em tempo real e trilha de auditoria por hash criptográfico.

Destinatário: Gabinete do Governador · Secretaria de Estado da Saúde · Secretaria de Governo

Proponente: EXCLUSIVE GREEN CONSULTORIA VERDE LTDA · CNPJ 68.643.242/0001-37 · Goiânia, outubro de 2026

A tese em uma página

O que o Estado compra, o que ele deixa de gastar e o que passa a ver

Hoje, a maior parte do que entope a porta de uma UPA não precisava estar ali. É atenção primária — quadro sazonal, viral, bacteriológico, acompanhamento de doença crônica — resolvida em consulta de pronto-atendimento porque não existe porta digital de entrada.

DEMANDA DE UPA / CAPS

70–80%

é atenção primária resolvível remotamente

INVESTIMENTO DO PILOTO

R\$ 1,6 mi

CPSI · LC 182/2021, art. 13

PRAZO ATÉ O PRIMEIRO INDICADOR

90 dias

medido no próprio painel

O QUE ESTAMOS PROPONDO

CAMADA	O QUE FAZ	PARA QUE SERVE AO ESTADO
1. Consulta digital com IA	Anamnese por áudio, vídeo ou texto; hipótese diagnóstica revisada por médico; guia de exame com certificado digital CFM	Tira da fila presencial o atendimento que não precisa de pronto-socorro
2. Linha de cuidado metabólica	Tratamento continuado de obesidade e comorbidades para público do CadÚnico, com acompanhamento digital	Ataca a raiz do gasto de alta complexidade antes que ele aconteça
3. Painel de governança	Consolida o dado das duas camadas com trilha auditável por SHA-256	O Gabinete vê o dado bruto, sem o filtro de cada secretaria

“Não estou propondo um gasto novo em saúde. Estou propondo trocar o custo de tratar a consequência pelo custo controlado de evitar a causa — e provar a economia com número auditável.”

SÍNTESE DA PROPOSIÇÃO

O problema: o custo da inação

Por que a fila não é falta de médico, é falta de porta de entrada

1. A FILA QUE NÃO DEVERIA EXISTIR

A atenção primária é porta de entrada do SUS por definição. Na prática, ela chega ao cidadão como pronto-socorro: ele vai à UPA porque é o único lugar aberto. O resultado é fila onde não deveria haver fila, e leito ocupado por caso que não exigia leito.

HOJE

Fluxo reativo

- Paciente se desloca até a UPA
- Espera por triagem em ambiente lotado
- Consulta presencial de quadro simples
- Guia de exame em papel, frequentemente perdida
- Retorno só quando o quadro piora

COM A PLATAFORMA

Fluxo digital com desfecho registrado

- Atendimento no celular, 100% remoto
- Anamnese estruturada por IA + revisão médica
- Guia de exame digital com certificado CFM
- Receita digital válida em qualquer farmácia
- Retorno com laudo carregado no app

2. A CASCATA FINANCEIRA DO DESCUIDO

Quando o Estado ignora a doença crônica na base, ele paga a conta no topo:

Obesidade ponto de partida	Diabetes / Hipertensão comorbidade	Esteatose hepática fígado gorduroso	Cirrose / Insuficiência renal dano instalado	Internação / Diálise custo máximo
--------------------------------------	--	---	--	---

INDICADOR NACIONAL	VALOR
Custo anual da obesidade ao Brasil	R\$ 41,7 bi a R\$ 44,6 bi
Custo em atenção especializada (hipertensão, diabetes, obesidade)	R\$ 3,45 bi em um ano
Parcela desses custos atribuível à obesidade como fator de risco	41%
Projeção de aumento do custo assistencial até 2035 sem intervenção	+60%
Economia por 1% de queda nos índices de obesidade	R\$ 444,6 mi/ano

Fonte: evidência econômica consolidada (ABESO / Instituto Cordial), conforme base documental da Torre 3.

Camada 1 — Consulta digital com inteligência artificial

Da primeira pergunta à receita, sem o paciente sair de casa

1. Acesso
app

2. Anamnese
áudio, vídeo ou
texto

3. Motor de IA
normativo
SUS/CFM

4. Revisão médica
hipótese

5. Guia de exame
cert. digital

6. Coleta
laboratório

7. Upload
laudos

8. Desfecho
receita digital

COMO FUNCIONA POR DENTRO

Interação

O cidadão responde como se estivesse em um consultório. Pode falar (áudio), gravar vídeo ou escrever. A escolha é dele — o que importa é que não precise chegar ao pronto-socorro para começar.

Motor de IA

Arquitetura de múltiplos agentes com base no arcabouço normativo do SUS, do Ministério da Saúde e em tratados de clínica médica por especialidade. A IA não opina fora do protocolo: ela conduz o roteiro e organiza a informação.

Supervisão humana

Toda hipótese passa por equipe médica. A IA acelerara a coleta e a organização; o ato médico permanece com o médico — com o certificado digital do CFM no documento emitido.

O QUE O PACIENTE RECEBE

- Guia de exame válida, com assinatura digital
- Orientação clínica registrada
- Receita digital após análise dos laudos
- Histórico do próprio atendimento no app

O QUE A GESTÃO RECEBE

- Quantos atendimentos foram resolvidos sem deslocamento
- Quais queixas dominam cada regional
- Tempo entre primeira consulta e desfecho
- Demanda evitada de UPA por região e por mês

ENQUADRAMENTO NORMATIVO RESPEITADO

O atendimento remoto ocorre em conformidade com a regulamentação de telessaúde vigente, com observância às exigências da ANVISA, da ANP e dos órgãos de controle quanto à guarda de dados clínicos, prontuário e prescrição — pontos que compõem a base jurídica do projeto e não um “complemento” dele.

Camada 2 — Linha de cuidado metabólica

Onde o Estado gasta mais é onde ele chega mais tarde

O PROGRAMA

Tratamento continuado de obesidade e comorbidades para o público em vulnerabilidade social, com acesso definido exclusivamente por critério técnico do CadÚnico — não por indicação política.

FASE 1

Ataque

Redução de peso e estabilização glicêmica, com dose progressiva e acompanhamento.

FASE 2

Manutenção

Dose de manutenção para evitar recidiva e preservar a recuperação hepática e renal.

FASE 3

Auditoria

Peso e exames medidos mensalmente provam, com número, a economia gerada ao SUS.

POR QUE O FILTRO SOCIAL É CADÚNICO

A obesidade de maior gravidade no SUS concentra-se onde a alimentação é mais barata e menos nutritiva. O acesso definido pelo CadÚnico garante que o recurso público chegue a quem não tem condição de comprar o tratamento no setor privado — e cria a base de comparação que prova o resultado.

A TROCA QUE A GESTÃO PRECISA ENXERGAR

GASTO ATUAL (REATIVO)	INVESTIMENTO (PREVENTIVO)	EFEITO FINANCEIRO
Hemodiálise e transplante	Tratamento + acompanhamento	Redução de custo de alta complexidade
Internação por AVC e infarto	Controle glicêmico e de peso	Menos leito de UTI ocupado
Múltiplos medicamentos paliativos	Tratamento da causa raiz	Simplificação terapêutica
Perda de produtividade e auxílio-doença	Recuperação funcional do cidadão	Retorno ao trabalho

“A obesidade é doença crônica e recidivante. Interromper o tratamento gera efeito sanfona — que é metabolicamente perigoso e financeiramente ineficiente. O programa é de continuidade, não de emagrecimento pontual.”

PREMISSA CLÍNICA DO DESENHO

Camada 3 — O painel de governança

Não é um sistema de gestão. É a régua única com que o Gabinete mede tudo

O QUE O PAINEL FAZ

Consolida, num único lugar, o que hoje chega ao Governador em relatório de terceiro — já filtrado e já resumido por quem tem interesse no resumo. O painel entrega o registro e o dado bruto, com data de medição e responsável.

ÓRGÃO	O QUE O PAINEL ENTREGA
SES-GO	Consultas resolvidas sem UPA, fila por regional, custo por atendimento, adesão ao tratamento metabólico
SGG	Indicadores de governo em tempo real, avaliação de política pública, governança de dado e de IA
CGE	Trilha imutável por SHA-256, prevenção de sobrepreço, detecção de anomalia em contrato
Casa Civil	Painel de crise: o que está quebrado agora, desde quando e quem responde
SECTI	Vitrine de inovação do Estado, base de dado para edital e fomento
GOINFRA	Custo unitário versus SINAPI, medição com trilha auditável, cronograma real de obra

Um princípio que evita paralisia

O painel **não substitui nenhuma secretaria e não cria competência nova**. Ele mede com a mesma régua o que cada órgão já faz, dentro da atribuição que a lei já lhe deu. Isso é o que permite contratá-lo sem depender de reestruturação administrativa.

O que se mostra na reunião

Três telas. O resto vai na proposta escrita

TELA 1

Resultado

Um número grande, atualizado, com a **data da medição impressa na própria tela**. É a única tela que o gestor lembra depois da reunião.

TELA 2

Trilha de auditoria

Clicar em um registro e ver o hash, o autor, o horário e o órgão. É a tela que separa **promessa** de **sistema**.

TELA 3

Simulador ao vivo

Mexer no controle e o indicador mudar na frente do gestor. Nada convence mais do que o próprio dedo alterando o resultado.

O QUE NÃO SE MOSTRA — E POR QUÊ

NÃO MOSTRAR	MOTIVO
Módulo de vertical sem piloto assinado	Abrir frente sem lastro transforma demonstração em promessa, e promessa não sobrevive ao segundo encontro
Indicador sem data de medição	Número sem data é confissão de que não foi medido
Tabela de preços completa na tela	Preço em tela vira negociação pública; preço vai no documento

A regra que vale para todo indicador

Se não foi medido agora, a tela escreve **NÃO MEDIDO**. Nunca o valor que se espera que seja. Um painel que mostra o número esperado em vez do número real é pior que não ter painel: ele produz decisão errada com aparência de rigor.

TRILHA TÉCNICA DE AUDITORIA

registro → hash SHA-256 → carimbo de tempo → órgão → autor → verificação pública

Cada ação relevante gera um registro cujo hash depende do conteúdo anterior. Alterar qualquer linha anterior quebra a corrente inteira — o que torna a fraude detectável, não apenas punível.

Encaixe institucional

Onde cada peça entra sem sobrepor competência já atribuída por lei

Este é o ponto que decide se a proposta avança ou trava na primeira análise jurídica. A regra é simples: **nenhuma peça desta plataforma pede competência nova**. Cada uma se aloja em atribuição que já existe.

PEÇA	ONDE SE ALOJA	BASE
Consulta digital com IA	SES-GO	Política estadual de saúde e telessaúde
Linha de cuidado metabólico	SES-GO + assistência social	Programa de saúde pública com critério CadÚnico
Painel de governança	SGG	Inteligência de dados, avaliação de políticas, governança de dado e de IA — competência já existente
Trilha de auditoria	CGE	Controle interno e gestão de riscos de controle
Inovação e transformação digital	SECTI	Política de tecnologia da informação e inovação
Inteligência estratégica de Estado	Governadoria (proposta em maturação)	Lacuna institucional — maturação para a transição

Por que o painel deve ser apresentado como ferramenta da SGG

Inovação, transformação digital e política de TI já são da SECTI; inovação da gestão é da SEAD; inteligência de dados, avaliação de políticas, governança de dados e governança de inteligência artificial já são da SGG. Apresentar o painel como peça de uma estrutura nova gera parecer contrário por sobreposição — e a proposta morre antes do mérito. Como ferramenta da SGG, ela nasce dentro da lei.

A FRENTE DE INTELIGÊNCIA ESTRATÉGICA

A proposta de criação de uma secretaria de inteligência estratégica e gestão de riscos está em maturação técnica e **não integra o pedido deste documento**. Há uma restrição de calendário relevante: a Lei de Responsabilidade Fiscal veda ato que aumente despesa com pessoal nos 180 dias finais do mandato. O caminho correto é amadurecer a proposta, apresentá-la à equipe de transição e encaminhar o anteprojeto no início do novo mandato.

O pedido

Quatro atos, nenhum deles dependente de reestruturação administrativa

#	PEDIDO	VEÍCULO LEGAL	VALOR	PRAZO
1	Piloto de atenção primária digital em 3 regionais de saúde	CPSI · LC 182/2021, art. 13	até R\$ 1,6 mi	30–60 dias para assinatura
2	Termo de cooperação técnica com a SGG para o painel de governança	Cooperação técnica	sem custo inicial	15 dias
3	Fornecimento direto após validação do piloto	LC 182/2021, art. 14	até R\$ 8 mi por órgão	6 meses
4	Apresentação da proposta de inteligência estratégica à equipe de transição	Ato político	—	dezembro de 2026

POR QUE O CPSI É O VEÍCULO CORRETO

O que a lei permite

- Contratar solução inovadora com **metas de desempenho**
- Dispensar a licitação tradicional para validação prática
- Permitir participação de empresa de base tecnológica
- Escalonar: validado o piloto, abre-se o fornecimento

O que o Estado ganha

- Risco baixo: paga por resultado, não por promessa
- Prazo curto: resultado em 90 dias
- Prova antes de escalar: nenhum contrato grande sem piloto medido
- Blindagem: o rito está previsto em lei federal

“Não pedimos contrato grande. Pedimos um piloto medido, com teto definido em lei, para que a decisão de escalar seja tomada sobre resultado — e não sobre confiança.”

SOBRE O DESENHO DO PEDIDO

Cronograma dos primeiros 90 dias

O que acontece em cada quinzena, e o que se mede ao final

PERÍODO	ENTREGA	RESPONSÁVEL	MARCO VERIFICÁVEL
D0–D15	Assinatura do CPSI e abertura do ambiente	Estado + proponente	Contrato publicado
D15–D30	Definição das 3 regionais e do público elegível	SES-GO	Lista de elegíveis por critério técnico
D30–D45	Integração do app e do painel ao ambiente do Estado	Proponente + SGG	Painel acessível ao gestor designado
D45–D60	Início do atendimento digital nas regionais	SES-GO + proponente	Primeiros atendimentos registrados
D60–D75	Primeira linha de base de indicadores	SGG	Relatório com data de medição
D75–D90	Relatório de resultado do piloto	Proponente + CGE	Comparação antes/depois com trilha de auditoria

INDICADORES DO PILOTO

PRIMÁRIO Atend. resolvidos sem deslocamento à UPA	PRIMÁRIO Demanda evitada por regional e por mês	SECUNDÁRIO Custo/atend. comparado ao presencial	SECUNDÁRIO Tempo até desfecho da queixa à receita
---	---	---	---

Compromisso de medição

Todo indicador do piloto é publicado com **data de medição, fonte e responsável**. Indicador que não puder ser medido será declarado **NÃO MEDIDO** — nunca estimado. O êxito do piloto é decidido pelo número, não pela narrativa.

Cronograma 90 dias19

Segurança, privacidade e conformidade

O dado de saúde do cidadão é o ativo mais sensível desta operação

Tratamento de dado pessoal

- Base legal explícita para tratamento de dado de saúde
- Minimização: coleta-se o necessário ao atendimento
- Finalidade registrada e não reutilizada
- Registro de operação de tratamento auditável

Guarda e acesso

- Prontuário com guarda conforme exigência legal
- Acesso por perfil, com registro de quem abriu o quê
- Trilha imutável de leitura e escrita
- Revogação de acesso em um clique

PRINCÍPIOS DE ARQUITETURA

PRINCÍPIO	IMPLEMENTAÇÃO
Separação entre IA e cálculo	A IA organiza linguagem e documento; o número é calculado por motor determinístico sobre base oficial. A IA não “estima” custo.
Imutabilidade verificável	Cada registro encadeia o hash do anterior (SHA-256), permitindo detectar alteração retroativa.
Determinismo auditável	Mesma entrada produz mesmo resultado, com a versão do modelo registrada junto ao atendimento.
Supervisão humana obrigatória	Nenhuma prescrição sai sem ato médico. A IA não substitui o profissional em nenhuma etapa decisória.
Rastreabilidade de modelo	Versão do modelo, data e base normativa usada ficam registradas em cada atendimento.

“O maior problema das IAs atuais é a alucinação. A solução não é pedir que a IA não erre — é separar a IA da matemática: ela processa texto e documento, a conta é feita por motor determinístico sobre base oficial.”

PRINCÍPIO DE ENGENHARIA DA PLATAFORMA

Segurança e conformidade

O que não prometemos

Documento que não lista o próprio limite não é técnico, é peça de marketing

A proposta anterior deste projeto continha projeções que não sobreviveriam à primeira análise da Procuradoria ou do Tribunal de Contas. Elas foram retiradas. O que segue é o registro do que **não** será prometido em nenhuma reunião:

NÃO PROMETEMOS	MOTIVO
Republicar o custo do metro quadrado em R\$ 38,00	Na Lei 14.133/2021, art. 59, §4º, proposta abaixo de 75% do valor orçado é considerada inexequível e desclassificada. Prometer isso é entregar o projeto ao TCE
Criar secretaria nova neste exercício	A Lei de Responsabilidade Fiscal veda aumento de despesa com pessoal nos 180 dias finais do mandato
Construir usina própria com investimento público	Investimento público em empresa privada é vedado e configura risco de improbidade
Doação de frota por montadora	Não existe doação de frota por e-mail frio para empresa recém-aberta; qualquer frota entra como locação operacional justificada em escopo técnico
Órgão que não existe	Referências institucionais citadas são verificadas na estrutura real do Estado antes de qualquer ofício
Indicador sem medição	Todo número publicado carrega data, fonte e responsável

O QUE ESSA DISCIPLINA COMPRA

Sobrevive à análise jurídica

Cada afirmação tem norma que a sustenta.

Sobrevive à análise técnica

Cada número tem fonte oficial ou medição datada.

Sobrevive à segunda reunião

O que não foi prometido não precisa ser explicado depois.

"Em 20 anos vendendo para governo, aprendi que a proposta que ganha não é a mais bonita. É a que o procurador consegue defender sem precisar pedir informação adicional."

CRITÉRIO DE ACEITE DESTA DOCUMENTO

O que não prometemos

Por que agora

A janela que existe em 2026 e não existirá em 2027

O MOMENTO

Fim de ciclo, início de desenho

O último ano de mandato é o único momento em que o Estado pode contratar um piloto de baixo risco sem a pressão de entrega que caracteriza o primeiro ano. É também o momento em que a equipe de transição está sendo formada — e onde um projeto com lastro técnico é absorvido como continuidade, não como promessa nova.

A OPORTUNIDADE

Provar antes de escalar

Um piloto de 90 dias, medido no painel e auditado por hash, produz exatamente o documento que qualquer gestor precisa para justificar escala: resultado com data, fonte e comparação antes/depois.

O LEGADO QUE A PLATAFORMA DEIXA

HORIZONTE	O QUE FICA PARA O ESTADO
90 dias	Piloto medido em 3 regionais, com linha de base documentada
12 meses	Modelo de atenção primária digital replicável para as demais regionais
Mandato	Painel de governança com trilha auditável — bem público que sobrevive a governo

QUEM SOMOS

CAMPO	INFORMAÇÃO
Razão social	EXCLUSIVE GREEN CONSULTORIA VERDE LTDA
CNPJ	68.643.242/0001-37
Sede	Goiânia — Goiás
Natureza da atuação	Consultoria em gestão, tecnologia aplicada à gestão pública e estruturação de projetos
Representação perante o Poder Público	Exclusivamente pelo sócio-administrador ou por procurador formalmente constituído

Observação de conformidade societária

A sociedade possui cotista que é servidor militar estadual. Nos termos do contrato social e da legislação estadual aplicável, esse cotista não exerce a administração e **não assina ato algum perante o Poder Público**. O compromisso é declarado aqui para que não reste dúvida na análise jurídica.

Fim do documento

Plataforma de saúde digital e governança · outubro de 2026 · documento técnico para discussão